

## Memória da Missão de Supervisão do Projeto GEF Áreas Privadas

### Missão de Supervisão

**Data:** 13 de agosto de 2019

**Local:** Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)/Rio de Janeiro

#### **Pauta da Reunião:**

1. Avaliação da Estrutura de Resultados do Projeto - breve apresentação das cadeias de resultado atualizadas:
  - a) Apresentar ideia geral da construção;
  - b) Destacar as cadeias que ainda estão pendentes e definir prazos;
  - c) Apresentar possíveis reflexos dessas cadeias revisadas na execução das atividades do projeto.
2. Atualização sobre o andamento do projeto:
  - a) Apresentar as estratégias de implementação adotadas;
  - b) Apresentar resumidamente a execução física e financeira do projeto (previsto x executado);
  - c) Apresentar um balanço do andamento geral das atividades (principais avanços e entregas até o momento, avaliação de gargalos e desafios etc.)
3. Análise do avanço no cumprimento dos indicadores e alcance das metas.
4. Avaliação dos recursos represados.
5. Apresentação dos próximos passos.

### **1. PERÍODO DA MANHÃ**

**Participantes no período da manhã:** Robert Erath (ONU Meio Ambiente), Rodrigo Vieira (SBio/MMA), Otávio Ferrarini (SBio/MMA), Bernardo Strassburg (IIS), Agnieszka Latawiec (IIS), Fabio Scarano (IIS), Carlos Scaramuzza (IIS), Helena Alves-Pinto (IIS), Nathalia Pinto (IIS), Mariela Figueredo (IIS), Nina Monteiro (IIS) e Ana Castro (IIS)

#### **Assuntos tratados**

Primeiramente, foi realizada uma rodada de apresentações entre os participantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) e da ONU Meio Ambiente.

Logo depois, o IIS falou brevemente sobre a necessidade do refinamento realizado nas cadeias de resultados do projeto GEF Áreas Privadas (baseado nas atividades, produtos e subprodutos/subestratégias), que faz parte do processo de padrões abertos adotado pelo projeto. A necessidade de refinamento das cadeias de resultados ocorreu devido, principalmente: i) às mudanças no contexto nacional e regional, entre a data em que o projeto foi elaborado e data que foi oficialmente iniciado. Diversas mudanças aconteceram, e algumas ações precisaram ser atualizadas e revistas; e ii) no início da execução do projeto, a equipe percebeu que diversas atividades e direcionamentos precisariam ser revistos, inerente ao

processo de gestão adaptativa de um projeto. O objetivo do refinamento das cadeias de resultado foi, dessa forma, adequar o projeto ao contexto atual, além de garantir um direcionamento adequado das atividades com base no início da execução do mesmo.

Importante ressaltar que os “Sub-produtos”, que constam nos documentos do Projeto, foram renomeados de “Subestratégias” nas cadeias de resultado do Projeto. Dessa forma, a nomenclatura se adequa àquela dos *padrões abertos para conservação*.

Em seguida, o IIS mostrou detalhadamente as estratégias e subestratégias dos componentes 1, 2 e 3, e para cada subestratégia foram exibidos os seus resultados, indicadores e sua atual situação em relação ao cronograma do ano 1 do projeto (se a subestratégia está dentro dos prazos do cronograma do ano 1, se está atrasada, se está parada ou se não teria previsão de início no ano 1). Quando necessário, a apresentação das subestratégias era pausada para relevantes observações, e consequentes debates, por parte dos participantes. Seguem abaixo os pontos levantados em torno das estratégias e subestratégias do Componente 1 – “Implementação dos pilotos”.

Em relação a subestratégia 1.1.1.3 - “Treinamento para extensionistas e outros interessados” (subestratégia com leve atraso considerando o cronograma do ano 1), debateu-se “capacitação” dos atores considerados chave, pois há um grande questionamento se o investimento aplicado pelo projeto nas atividades que envolvem a capacitação desses atores alcançarão os resultados esperados e se os atores capacitados realmente estarão comprometidos com o projeto. Alguns dos pontos levantados e debatidos em relação a capacitação foram: há alguma forma de prevenção de riscos? Como garantir que a capacitação vá levar aos resultados finais esperados? Quais devem ser os atores a serem capacitados?

Dessa forma, no que tange as atividades que envolvem a capacitação de partes interessadas, ficou entendido entre os participantes que o projeto deve blindar riscos ao mesmo tempo em que deve buscar maximizar os seus resultados. Outro ponto de comum acordo foi de que o projeto não deve focar somente nos benefícios ambientais, mas, principalmente, no quanto esses atores capacitados ganharão econômica e socialmente. O projeto deve atentar para: como aumentar a renda dos capacitados através da restauração? Como aumentar o emprego no campo? Como aumentar o valor agregado da restauração?

Para a subestratégia 1.1.1.3 não houve nenhum encaminhamento.

Em relação a subestratégia 1.1.1.4 - “Compromissos legalmente vinculantes para recuperação da vegetação nativa (PRA)” (subestratégia com leve atraso considerando o cronograma do ano 1), O IIS verificou que existem sobreposições do Cadastro Ambiental Rural<sup>1</sup> (CAR) na APA da

---

<sup>1</sup> “Criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente - APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. A inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental do imóvel, e contempla: dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural; dados sobre os documentos de comprovação de propriedade e ou posse; e informações

Bacia do Rio São João e que uma empresa em específico, a empresa Ambientagro, já está avançada quanto a retificação do CAR na região. Esse trabalho é fruto de um contrato do INEA-RJ com a empresa e, nesse contexto, o MMA questionou se não seria interessante o projeto GEF Áreas Privadas fazer um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Ambientagro para avançar com a análise nos cadastros que já estiverem retificados pela empresa na área do projeto, e nesse caso, talvez pudéssemos considerar como uma contrapartida da empresa às retificações realizadas. De acordo com o MMA, essa parceria pode facilitar o cumprimento do indicador do produto “4.000ha sob restauração-PRA”, pois se as propriedades que o projeto deseja analisar se encaixarem com a retificação da empresa, não será preciso gastar esforços nisso. Por mais que esta subestratégia esteja atrasada, o IIS afirmou que uma vez tendo sido validado o CAR na APA da Bacia do Rio São João, os Programas de Regularização Ambiental<sup>2</sup> (PRA) serão finalizados muito rapidamente, o que facilitará o alcance do indicador<sup>3</sup>.

#### Encaminhamentos:

1. Para essa subestratégia ficou o encaminhamento de se analisar a possibilidade do ACT com a empresa Ambientagro<sup>4</sup>.

No que diz respeito a subestratégia 1.1.1.5 - “Monitoramento de espécies ameaçadas” (subestratégia sendo implementada de acordo com o cronograma do ano 1), um ponto bastante debatido entre os participantes foi a questão em torno da meta “população de mico estável ou não declinou”, ligada ao indicador “c) Avaliação da população de Mico-Leão Dourado” do resultado 1.1. do Projeto. Para contextualizar o debate ocorrido, cabe ressaltar que entre 2014 até o fim do verão de 2018 a população da espécie declinou em 1/3 (de aprox. 3700 micos para aprox. 2500), todavia, não se sabe ao certo o que levou a tal mortalidade, especula-se que pode ter sido o surto de febre amarela que acometeu a região no verão 2017/2018. Todavia, como o projeto começou em maio de 2018, os participantes entenderam que a baseline que será utilizada para este indicador será a população em 2018. que indicava a existência de 2500 indivíduos.

---

georreferenciadas do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e das Reservas Legais.” (<http://www.car.gov.br/#/sobre>)

<sup>2</sup> Os Programas de Regularização Ambiental – PRA – compreendem o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e/ou possuidores rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental de seus imóveis rurais, com vistas ao cumprimento do disposto no Capítulo XIII da Lei nº 12.651/2012. Realizada a inscrição no CAR, os proprietários e/ou possuidores de imóveis rurais com passivo ambiental relativo à supressão irregular de remanescentes de vegetação nativa, ocorrida até 22 de julho de 2008, em Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal (RL) e de uso restrito (AUR), poderão solicitar a adesão aos PRA dos Estados e do Distrito Federal, para proceder à regularização ambiental de seus imóveis rurais, que poderá ser efetivada mediante recuperação, recomposição, regeneração ou compensação. (<http://www.car.gov.br/#/sobre>)

<sup>3</sup> Logo após a Missão de Supervisão, foi realizada reunião entre IIS, MMA e INEA para discutir este tema. Os encaminhamentos desta reunião estão descritos em ATA específica.

<sup>4</sup> Após a Missão de Supervisão, foi realizada uma reunião com a Ambientagro. A empresa nos informou que as ações do projeto não estão avançando no momento e por esse motivo, as tratativas sobre um possível ACT estão suspensas por enquanto

O MMA sugeriu que devido a todas as incertezas que existem em torno do declínio da espécie, o projeto não deve mudar as estratégias relacionadas a esse indicador, sendo ideal esperar um tempo para decidir sobre quaisquer ajustes necessários. Os participantes concordaram com a colocação do MMA.

O IIS informou que o conselho da Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) irá se reunir para tratar da mortalidade ocorrida e sua possível relação ou não com a febre amarela, e que seria bom esperar por esse próximo passo da AMLD para pensar em possíveis mudanças de estratégias (como, por exemplo, apoiar o combate da febre amarela na APA, apoiar a Fiocruz e etc).

Além disso, o IIS ressaltou e a ONU Meio Ambiente reiterou que, por mais que o indicador seja a população de mico, o mico é somente uma espécie indicadora da melhoria na qualidade dos ecossistemas (com foco no habitat dos micos) e dos ganhos para conservação da biodiversidade que serão resultados das ações do projeto.

#### **Encaminhamentos:**

1. Avaliar a necessidade de alterações do indicador e meta relacionados a população do Mico Leão Dourado (indicador c do resultado 1.1) apenas após a reunião do Conselho da AMLD.
2. IIS irá entrar em contato com AMLD para confirmar a data da reunião e irá encaminhar a informação ao MMA.

Para a subestratégia 1.1.1.6 – “Lições Aprendidas”, o MMA ressaltou que o projeto não deve se ater somente as atividades do projeto, mas, deve buscar também atividades de outros projetos GEF que tem relação direta com o GEF Áreas Privadas e, verificar a possibilidade de fazer um pequeno jornal que reúna informações de todos os projetos sobre o objetivo central do Projeto.

A ONU Meio Ambiente lembrou que o relatório anual do GEF Áreas Privadas pede um capítulo à parte no que diz respeito às lições aprendidas. Por fim, o MMA destacou que o projeto não deve esquecer que a disseminação das lições aprendidas está diretamente realizada à sustentabilidade, e continuidade das ações do Projeto, pensando no alcance dos objetivos no longo prazo.

Após a apresentação das estratégias e subestratégias do componente 1, O IIS apresentou a tabela desse componente mostrando os resultados, seus indicadores e metas finais do projeto, classificando essas metas de acordo com a classificação relatada no Relatório PIR (Revisão da Implementação do Projeto), que será enviada à ONU Meio Ambiente após validação do MMA:

*HS – Highly Satisfactory*

*S – Satisfactory*

*MS - Marginally Satisfactory*

*MU – Marginally Unsatisfactory*

*U – Unsatisfactory*

*HU – Highly Unsatisfactory*

Ao longo da apresentação da avaliação da tabela do componente 1, lembrando a discussão em torno do indicador “população de mico estável ou não declinou” da subestratégia 1.1.1.5, o

MMA questionou se o declínio do mico-leão-dourado deveria continuar a ser considerado MU, pois o valor total da população para o projeto (ou seja a linha de base para nosso indicador) já era o valor após o declínio da população. Além disso, a ONU Meio Ambiente ressaltou que o declínio do mico é um fator externo ao projeto e que o projeto não tem muito controle sobre isso.

Após esse breve debate, todos os participantes da reunião, concordaram então, em criar uma nova classificação denominada “*Non applicable (N/A)*” e ficou entendido que o indicador “*população de mico estável ou não declinou*” deve ser classificado como “*N/A*”.

A partir da reunião da Missão de Supervisão ficou decidido, então, que as metas de cada indicador e componente poderiam também ser classificadas como “*N/A – Non applicable*”, caso não exista nenhum marco de avanço esperado ou não existam atividades planejadas específicas para avançar nesses indicadores no período de análise em questão.

Os indicadores dos componentes 2 (“Acordo com empresas do setor florestal”) e 3 (“Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas”) estavam sendo considerados como “*Satisfactory*” pelo projeto, pois grande parte das estratégias desses componentes não estavam previstas para começar no ano 1 do projeto. Todavia, a ONU Meio Ambiente sugeriu classificar esses indicadores como “*Non applicable*”.

#### **Encaminhamentos:**

1. O IIS deve trocar a classificação do indicador “*81% de aumento da disponibilidade de habitat para a população da espécie de Mico-Leão Dourado ameaçada de extinção*” de “MU” para “N/A”, no PIR;
2. O IIS deve trocar a classificação dos indicadores dos componentes 2 e 3 de “S” para “N/A”, no PIR.

Posteriormente, o IIS apresentou as subestratégias do Componente 2 – “Acordo com empresas do setor florestal”.

Em relação à Sub estratégia 2.1.1.2 – “Protocolos de monitoramento de biodiversidade”, o IIS relatou que, após reunião do Coordenador do Projeto Bernardo Strassburg com o presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Paulo Hartung, percebeu que a gestão atual da IBÁ deve ser a mais impactante devido ao Paulo Hartung ter sido governador do estado do Espírito Santo (ES) por 12 anos, sendo o ES conhecido como o principal estado do Brasil em termos de economia florestal. Foi relatado ainda que Bernardo foi convidado para apresentar o GEF Áreas privadas na sede da IBÁ em São Paulo.

Dessa forma, o MMA pediu para que o projeto pense em como associar todos os benefícios que o projeto irá gerar com a questão dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) com a IBÁ e como ela poderia ajudar nisso, pois a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais está para ser aprovada e esse é um momento bastante oportuno.

Foi ressaltado o Programa Reflorestar<sup>5</sup> do ES, do qual o IIS teve participação ativa. O IIS afirmou que o Programa Reflorestar está querendo realizar um novo plano estratégico, o que pode ser bastante útil para o projeto a partir do momento em que haja a possibilidade de relacionar o Programa Reflorestar com outros estados, inclusive Rio de Janeiro e Goiás, onde estão as APAs pilotos do projeto.

Para o IIS, a subestratégia 2.1.1.2 tem relação direta com a estratégia 1.3 – “Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto, aumentada pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos”. O IIS deve estar atento para o “*pro-business*” de pagamento por carbono, que está em voga, nas escalas nacionais e internacionais, para a década 2020-2030.

#### **Encaminhamento:**

1. Pensar em como replicar o Programa Reflorestar em outros estados além do Espírito Santo – dentro da estratégia 1.3.

Após a apresentação das estratégias e subestratégias do componente 2, o IIS apresentou a tabela desse componente mostrando os resultados, seus indicadores e metas finais do projeto, classificando essas metas de acordo com a classificação para o PIR. Nesse momento, a ONU Meio Ambiente pediu para que a meta final relativa ao indicador “*Área ocupada pelas empresas que assinaram o acordo para melhorar e implementar protocolos para monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF*” fosse ajustada de “HS” para “S”. Inicialmente, a meta havia sido considerada “HS” pois há uma interação positiva entre o IIS e algumas empresas do Setor Florestal e o IBÁ. No entanto, a ONU Meio Ambiente ressaltou que isso é o previsto, e dessa forma deveria ser classificado como “S”.

Logo em seguida, deu-se início ao detalhamento das estratégias e subestratégias do componente 3 – “Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas”. O IIS começou o debate em torno desse componente afirmando que dos 7 grandes produtos do projeto, o contexto político atual afeta diretamente o produto 3.1 “Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas”. Esse produto depende do “coração” do código florestal e depende da legislação em nível federal, o que pode ser um problema na atualidade.

Em relação a esse produto, o IIS questionou se é melhor o MMA pensar no encaminhamento desse produto ou se o IIS teria a liberdade para rever esse componente. O MMA sugeriu trazer esse produto para a escala estadual (dos pilotos), ou então, de expandir esse produto para programas e planos (ao invés de relacioná-lo à regulamentação normativa) como o Reflorestar, o PSA e, até mesmo, articular aproximações com o governo de Goiás, que tem apresentado aberturas.

---

<sup>5</sup> “O Projeto Reflorestar é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo e tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos” (<https://seama.es.gov.br/programa-reflorestar>)

Mas, por fim, o MMA pediu para que nada sobre esse produto fosse decidido na presente reunião, afirmando que é necessário ter a leitura certa do contexto político atual e esperar, também, as oportunidades que estão vindo com PSA e Carbono. Todos os presentes concordaram em manter o componente como está atualmente até nova avaliação.

No que diz respeito à subestratégia 3.1.1.1 – “Proposta de regulamentação de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa para apoiar MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas”, o mesmo encaminhamento se manteve, que seja deixar a descrição como está no momento e avaliar possibilidades de ajustar a subestratégia para a escala estadual ou expandir para além de apenas a regulamentação normativa. Ficou decidido que é melhor retirar a palavra “regulamentação”. Além disso, o MMA afirmou que o mais prudente é o Rodrigo Vieira do MMA fazer uma ponte com o diretor do Departamento de Florestas do MMA, Joaquim Pereira Leite, para ver o que acontecerá em breve.

Ainda sobre o produto 3.1, a ONU Meio Ambiente lembrou uma questão importante, que o indicador “Número de atores envolvidos (tanto mulheres quanto homens) para apontar os gargalos e soluções em relação ao manejo sustentável da vegetação nativa em RLS” não está relacionado à regulamentação e isso facilita possíveis mudanças no produto.

Quanto à subestratégia 3.2.1.1 – “Base de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas para a Mata Atlântica”, o MMA apontou que em se tratando das lições aprendidas, é muito importante associar às atividades de sensibilização do projeto, para que as áreas de alto valor para conservação não pareçam intocáveis como as Unidades de Conservação.

Já em relação à subestratégia 3.2.2.1 – “Programa de engajamento e treinamento para agentes federais e estaduais”, o MMA sugeriu que o projeto GEF Áreas Privadas leve em consideração incluir o bioma Amazônia. Isso deverá ser melhor avaliado futuramente.

#### **Encaminhamentos:**

1. Rodrigo Vieira do MMA conversar com Joaquim Pereira Leite, Diretor do Departamento de Florestas do MMA e essa conversa deve acontecer o quanto antes (antes do final de 2019);

Posteriormente, O IIS mostrou a tabela de classificação desse componente mostrando os resultados, seus indicadores e metas finais do projeto, de acordo com o que consta no PIR, ainda em desenvolvimento. Ficou decidido que para o indicador “Número de atores envolvidos (tanto mulheres quanto homens) para apontar os gargalos e soluções em relação ao manejo sustentável da vegetação nativa em RLS” do resultado 3.1, a classificação deveria mudar de “MS” para “N/A” (*Non applicable*).

Por fim, a parte da manhã da reunião de Missão da Supervisão foi finalizada com o IIS apresentando os desafios, encaminhamentos e as sinergias do GEF Áreas Privadas com outros projetos do IIS e demais projetos GEF em andamento. Nesse momento, o MMA lembrou que o GEF Áreas Privadas deve evitar “standards” muito altos, ou seja, prometer muita coisa e depois não entregar.

## **2. PERÍODO DA TARDE**

**Participantes no período da tarde:** Robert Erath (ONU Meio Ambiente), Rodrigo Vieira (SBio/MMA), Otávio Ferrarini (SBio/MMA), Bernardo Strassburg (IIS), Fabio Scarano (IIS), Carlos Scaramuzza (IIS), Helena Alves-Pinto (IIS), Nathalia Pinto (IIS), Mariela e Ana Castro (IIS)

**Assuntos tratados:**

Na parte da tarde, com a reunião iniciando-se por volta das 14h, o IIS deu início à apresentação físico-financeira, mostrando:

- I) o orçamento do GEF para o ano 1,
- II) o orçamento da Contrapartida para o ano 1,
- III) os fatores que influenciaram a execução do projeto,
- IV) a previsão de execução para o ano 2; e
- V) próximos passos.

A ONU Meio Ambiente questionou a demora para a submissão do *Budget Revision* pendente (que era para ter sido aprovado em fevereiro de 2019). Nesse momento, o MMA afirmou que a Unidade de Gestão do Projeto (UGP/IIS) e a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP/MMA) estavam em processo de alinhamento e que isso faz parte de qualquer projeto em início de execução.

Sobre o reporte da execução das contrapartidas do Projeto e a dificuldade de obter as informações do Serviço Florestal Brasileiro atualmente, o MMA informou que fez algumas tentativas de contato para obtenção dos dados, mas que todas sem sucesso.

**Encaminhamento:**

1. A UCP se prontificou a dar prioridade à análise e aprovação do *Budget Revision* para submissão à ONU Meio Ambiente o quanto antes;
2. A UGP e UCP ficaram de combinar uma reunião no IIS para discutir as propostas de mudanças no Manual Operacional do projeto (MOP), todavia, ainda não há uma data marcada para esta reunião.
3. O IIS se prontificou a tentar marcar uma reunião com a nova equipe do SFB, para tratar de outros assuntos referentes ao componente 3, e aproveitará para buscar mais informações relacionadas à contrapartida que eles ofereceram para o projeto.